

ÍNDICE

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos de Obrigações	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	13
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	14
Eventos Subsequentes	15
Notas Informativas	16
Balanço	27
Demonstração de Resultados	30
Demonstração de Fluxos de Caixa	32
Anexo às Demonstrações Financeiras	34
Relatório de Auditoria	44



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O fundo constitui-se como Fundo de Investimento Mobiliário de Obrigações, com duração limitada, com a denominação de "IMGA FINANCIAL BONDS 3 ½ Y – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações".

O fundo tem um período de duração de 3 anos e 6 meses, ocorrendo a sua liquidação a 30 de novembro de 2026.

A Categoria A de Unidades de Participação do fundo constituiu-se em 1 de junho de 2023.

A Categoria R de Unidades de participação do fundo iniciou a comercialização a 20 de março de 2023, não tendo ainda sido constituída.

Nota Introdutória



Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Depois de um desempenho económico mais resiliente do que o esperado em 2023, a expetativa para 2024 era de perfil de crescimento mais modesto da economia mundial, com uma expansão mais moderada dos EUA e desempenhos ainda modestos da área do euro, do Reino Unido e da China. Estas expetativas assentavam em níveis deprimidos dos principais indicadores de confiança e na desaceleração dos indicadores de atividade nas maiores economias desenvolvidas no final de 2023.

Nos primeiros meses de 2024 assistiu-se à inversão de algumas destas dinâmicas, o que contribuiu para uma interpretação mais positiva da trajetória do ciclo económico e para o correspondente decréscimo dos riscos de recessão.

Apesar de alguns segmentos mais sensíveis aos níveis historicamente elevados das taxas de juro e da inflação mostrarem sinais acrescidos de vulnerabilidade, o crescimento dos lucros empresariais manteve-se suportado ao longo do primeiro semestre de 2024, o que continuou a suportar a resiliência do mercado de trabalho das economias desenvolvidas e beneficiou a trajetória dos rendimentos reais, a par do retrocesso da inflação.

Complementarmente, assistiu-se à retoma das trocas comerciais mundiais e principalmente à recuperação dos indicadores de confiança, que sinalizaram uma re-aceleração generalizada do ritmo de atividade, quer numa perspetiva setorial quer geográfica.

A evolução descrita imperou mesmo perante o acréscimo das tensões geopolíticas, em particular no Médio Oriente, que condicionaram desde o final de 2023 o tráfego marítimo pelo canal do Suez e ameaçaram a reemergência de disrupções no funcionamento das cadeias de abastecimento, embora sem indícios de impacto económico relevante quer em termos de atividade quer em termos de inflação.

Em termos geográficos, assistiu-se a um perfil menos heterogéneo de crescimento entre os principais blocos desenvolvidos, comparativamente ao ano anterior.

O crescimento do PIB dos EUA abrandou ao longo do primeiro semestre do ano, fruto da expansão mais modesta do consumo privado, assim como de contributos negativos do mercado externo e da acumulação de inventários. Apesar da forte criação de emprego e do crescimento do rendimento laboral, a confiança dos consumidores retrocedeu significativamente ao longo do primeiro semestre de 2024, impactada pelo nível elevado das taxas de juro e pelo progresso desinflacionista mais lento do que o esperado.

O crédito ao consumo abrandou para o ritmo mais reduzido desde o início de 2021, enquanto os níveis de concessão de crédito à habitação e para fins de investimento empresarial continuaram exíguos.

Ainda assim, apesar da trajetória de abrandamento dos EUA, o crescimento anual do PIB em 2024 deverá ser ainda assim apenas marginalmente abaixo do exibido em 2023 e substancialmente acima das projeções da generalidade dos analistas, beneficiado pelo efeito de carryover de 1,4% do ano transato e pelas expetativas de abrandamento "controlado" do ritmo de crescimento.

As projeções de alguma retoma do ritmo de crescimento da área do euro saíram confirmadas no decorrer do primeiro semestre de 2024.

Se por um lado, o crescimento das remunerações e a quebra da inflação permitiram uma recuperação significativa dos rendimentos reais, sem que tal se tenha traduzido ainda numa aceleração notável do consumo privado, a melhoria dos termos de troca e a recuperação das trocas comerciais mundiais contribuíram para que a região registasse nos primeiros três meses do ano a maior expansão do PIB em sete trimestres (+0,3%), o que a par da recuperação dos indicadores de confiança confere um perfil mais favorável para a dinâmica económica da região, embora ainda modesta em termos absolutos.

Por outro lado, a área do euro continua a enfrentar vulnerabilidades como as repercussões da guerra na Ucrânia e a deterioração das condições financeiras.



Mercados

dos

Evolução

p

Síntese

O 1º fator continua a fazer-se sentir na atividade nas indústrias mais intensivas em energia, que permanece significativamente deprimida, enquanto os níveis elevados das taxas de juro pressionam a procura e a disponibilidade de crédito e condicionam os volumes de concessão de crédito ao setor privado.

O crescimento de 1,6% em cadeia do PIB da China foi uma das maiores surpresas no primeiro trimestre de 2024, o que a par do anúncio de uma multiplicidade de medidas estatais com vista à estabilização dos riscos económicos contribuiu para a convergência das expetativas de expansão anual do PIB para o objetivo oficial do Governo chinês (crescimento em torno de 5%), apesar da situação vulnerável do mercado imobiliário e da desaceleração dos principais indicadores de atividade no decorrer do 2º trimestre do ano.

Após as leituras surpreendentemente reduzidas da inflação no decorrer do 2º trimestre de 2023, que alimentaram expetativas de um retrocesso mais célere da inflação, os desenvolvimentos neste âmbito nos primeiros meses de 2024 foram no sentido contrário, com implicações materiais nas perspetivas de atuação dos bancos centrais.

Se por um lado as pressões inflacionistas relacionadas com os preços dos bens se mantiveram globalmente ancoradas, os precos nas rúbricas de servicos mostraramse pressionados, uma situação resultante dos níveis ainda elevados de procura nesse segmento, da situação próxima do pleno emprego na generalidade das economias desenvolvidas e do respetivo impulso originado pelo crescimento salarial. Em resultado, o processo desinflacionista conheceu algum retrocesso, para frustração da generalidade dos agentes económicos, com os investidores em resultado a projetarem a necessidade de políticas monetárias restritivas durante mais tempo e inclusivamente a contemplarem a possibilidade de subidas adicionais das taxas diretoras, uma situação que viria a sofrer alguma reversão depois das leituras mais brandas da inflação nos EUA e na área do euro no decorrer do 2º trimestre de 2024.

A maior resiliência económica e o caráter mais persistente da inflação motivaram uma alteração relevante da retórica dos bancos centrais. Depois do progresso inflacionista no final de 2023, a Reserva Federal dos EUA (Fed), o Banco Central Europeu (BCE), e o Banco de Inglaterra (BOI), entre outros, revelaram que estariam em breve numa situação que lhes permitiria cortar as suas

taxas diretoras de forma algo significativa no curto-prazo, uma mensagem que foi forçosamente abandonada no seguimento dos desenvolvimentos descritos.

Ainda assim, o progresso desinflacionista já alcançado e as perspetivas de alguma continuidade deste processo permitiu que vários bancos centrais de economias desenvolvidas iniciassem o seu ciclo de cortes de taxas diretoras no decorrer do primeiro semestre de 2024, entre os quais o Canada, a Suécia, a Suíça e, mais recentemente, o BCE. Estes bancos centrais deverão voltar a fazê-lo ainda em 2024, antecipando-se que o Banco de Inglaterra e a Fed cortem igualmente as suas taxas diretoras no decorrer do 2º semestre. embora estas decisões devam ser acompanhadas por uma retórica mais condicional e reativa aos desenvolvimentos inflacionistas ao longo dos próximos meses. Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão subiu as suas taxas diretoras em março, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, nomeadamente no que se refere às expetativas inflacionistas e ao crescimento salarial, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a importação de inflação decorrente da desvalorização do iene.

Apesar das políticas monetárias menos acomodatícias que o esperado, o desempenho das classes de risco foi amplamente positivo, impulsionado pelas perspetivas económicas mais positivas.

Em oposição, a rendibilidade dos segmentos mais expostos ao risco de taxa de juro foi negativa, decorrente da subida acentuada das yields ao longo do primeiro semestre de 2024.

No âmbito do mercado de rendimento fixo, a forte subida das taxas de juro soberanas foi determinada maioritariamente pela subida das taxas de juro reais.

O acréscimo foi praticamente equivalente ao longo da curva de rendimentos, quer nos EUA quer na Área do euro, com o movimento semestral a totalizar +52pb e +48pb na maturidade a 10 anos, para 4,40% e 2,5%, respetivamente.

O desempenho da periferia europeia foi diferenciado, com estreitamentos dos spreads de Itália e de Espanha face à Alemanha e um alargamento de 11pb do spread de Portugal no mesmo período.



Ainda assim, os movimentos descritos ocultam os movimentos ocorridos depois da convocatória de eleições antecipadas em França, com o clima de incerteza política, as debilidades orçamentais e a inclusão sob um procedimento por défices excessivos a motivarem alargamentos do seu spread face à Alemanha para máximos desde setembro de 2012, correspondente a um nível absoluto de spread de 82pb face à taxa alemã a 10 anos.

As expetativas económicas mais favoráveis e a perceção de solidez dos fundamentais empresariais estiveram na origem de estreitamentos adicionais dos spreads da dívida, de proporções praticamente equivalentes na dívida com rating investment grade e high yield (-17pb e -22pb, respetivamente). Os segmentos de dívida subordinada de financeiras e de empresas não financeiras foram os que somaram valorizações mais significativas no período em análise, com estreitamentos de spread que possibilitaram rendibilidades totais entre 4,7% e 5,6%. A variação de spreads da dívida empresarial dos EUA foi igualmente favorável, embora menos acentuada, com quedas entre 5pb e 14pb dos spreads de ambas as tipologias de risco (investment grade e high yield).

Ainda no âmbito do rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes foi igualmente positiva, fruto do estreitamento de *spreads* e do carry atrativo, com rendibilidades entre 1,5% e 3,3% da dívida soberana e empresarial no semestre, respetivamente. O perfil de valorização do dólar pressionou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa desvalorização superior a 3% desse segmento.

O ambiente descrito provou-se mais uma vez favorável para os mercados acionistas. O forte crescimento dos resultados empresariais continuou a representar um suporte determinante para a classe, acompanhado por múltiplos exemplos de quidance favorável, que motivaram revisões em alta das projeções para os resultados empresariais futuros e, em alguns casos, expansão dos múltiplos. O perfil de valorização manteve-se enviesado para os temas que dominaram o desempenho do mercado acionista no passado recente, nomeadamente para os títulos relacionados com a temática de inteligência artificial e, mais genericamente, setores de tecnologia, de qualidade e de crescimento, em oposição a value e a empresas com menor capitalização bolsista.

Mais especificamente, a classe somou mais um semestre de ganhos generalizados embora díspares, com o índice de maior propensão tecnológica Nasdag a valorizar mais de 18%, em contraste com a valorização inferior a 5% do índice Dow Jones. O S&P500 valorizou 15,3% no semestre. Na Europa o índice MSCI valorizou 9,1%, enquanto o índice MSCI para os mercados emergentes valorizou cerca de 7,5% no mesmo período. Os principais índices acionistas nipónicos voltaram a estar em plano de destaque, com o Nikkei a apreciar 19% no semestre e a superar a marca histórica alcançada em dezembro de 1989.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia evoluiu entre ganhos e perdas marginais contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma depreciação de 0,1%, afetada pelo resultado das eleições europeias e pela convocatória de eleições antecipadas em França. A variação agregada oculta, no entanto, variações diferenciadas nos diferentes pares cambiais, que vão desde a valorização superior a 10% contra o iene até à depreciação de cerca de 3% contra o dólar dos EUA. Em oposição, o dólar somou ganhos contra a generalidade das suas contrapartes comerciais em termos

agregados (+4,5%), com destaque para a apreciação de 14% contra o iene. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes desvalorizou cerca de 4% no 1º semestre de 2024.

A classe de matérias-primas revelou, como habitual, uma elevada disparidade de performances nos primeiros seis meses do ano. O segmento com maior variância no semestre foi o de bens agrícolas, frequentemente afetado por eventos climatéricos e especificidades de oferta, com os ganhos de 91% do cacau e de 21% do café a contrastarem com as perdas entre 10% e 15% do milho e da soja, respetivamente. As variações desde o início do ano no segmento de metais industriais foram mais consistentes, com ganhos praticamente generalizados nesse complexo, à semelhança dos metais preciosos. Entre as matérias-primas energéticas, o gás natural exibiu uma elevada volatilidade, ao negociar entre ganhos e perdas de 18% no semestre, tendo encerrado o período com uma correção inferior a 4%. A cotação do barril de brent valorizou 12% no semestre, tendo somado ganhos intermédios de 16% durante o período de maior tensão geopolítica no Médio Oriente, no início de abril.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **31 de janeiro** foi incluído o BNI -Banco de Negócios Internacional (Europa), SA, como entidade comercializadora da Categoria R para 18 fundos da oferta IMGA. A **29 de maio** foi alargada, no BNI, a comercialização aos Fundos IMGA Ações Portugal Categoria P e IMGA Portuguese Corporate Debt Categorias R e P.

 A 23 de abril foi incluído o Banco Atlântico Europa como entidade comercializadora da Categoria R para 17 fundos da oferta IMGA. A 28 de junho foi incluído o Abanca como entidade comercializadora da Categoria R dos Fundos IMGA Ações Portugal e IMGA Portuguese Corporate Debt.



NOVOS FUNDOS

IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT

Na sequência da autorização da CMVM a 23 de novembro de 2023, as Categorias R e P iniciaram a sua comercialização a **7 de fevereiro**.

- O fundo iniciou atividade a 12 de abril, com a constituição da Categoria I.
- As Categorias P e R iniciaram atividade a 16 de maio e 27 de junho, respetivamente.

• IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS TAXA INDEXADA EUR 2026, SERIE I

A **31 de maio** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Serie I, tendo iniciado a sua comercialização a **17 de junho**. A Categoria A constituiu-se a **18 de julho**, data de inicio de atividade do fundo.

BISON CHINA FLEXIBLE BOND FUND

Na sequência da autorização da CMVM a IMGA assumiu, a **31 de maio**, as funções de entidade gestora do Fundo Bison China Flexible Bond Fund, em substituição da Lynx AM.

NOVAS CATEGORIAS

- CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I PARA O FUNDO IMGA EURO TAXA VARIÁVEL
- A **22 de março** foi constituída a Categoria I para o Fundo IMGA Euro Taxa Variável.
- CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA P PARA O FUNDO IMGA AÇÕES PORTUGAL

A **29 de maio** foi constituída a Categoria P do Fundo IMGA Ações Portugal.

ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

- A 21 de janeiro foi incluída uma menção quanto à natureza da gestão ativa dos fundos, em todos os documentos constitutivos dos OICVM.
- A **16 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.
- A **10 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2023.
- A **28 de junho** todos os documentos constitutivos dos fundos da oferta IMGA foram adaptados ao Regulamento do Regime da Gestão de Ativos, com a adoção do Documento Único, que substitui o Prospeto e Regulamento de Gestão dos fundos.

OUTRAS ALTERAÇÕES

- A 10 de janeiro foi introduzida uma alteração nos documentos constitutivos do Fundo IMGA PME Flex, clarificando o universo da sua política de investimentos.
- A 8 de abril foi reduzido de 2 para 1 dia útil,
 o pré-aviso de resgate dos Fundos do
 mercado monetário IMGA Money Market,
 IMGA Money Market USD e CA Monetário.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

A **30 de junho** foi publicada a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", relativa ao ano 2023.



Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

A continuidade das políticas europeias relativamente às taxas de juro manteveas em níveis elevados em 2024, impulsionando o crescimento dos ativos sob gestão nos fundos de obrigações.

Os investidores procuraram a rendibilidade destes ativos, beneficiando do apoio contínuo dos bancos centrais e pelos resultados empresariais estáveis.

As soluções financeiras com rendimento e prazo pré-determinados tiveram grande sucesso de vendas, contribuindo para o aumento dos ativos sob gestão.

A procura por ativos de rendimento fixo manteve-se robusta, refletindo a necessidade de estabilidade em tempos de volatilidade.

Segundo dados da APFIPP, os ativos sob gestão no mercado em fundos de obrigações cresceram aproximadamente 16% entre junho de 2023 e junho de 2024, totalizando €3.648M no final do último semestre.

A IMGA detinha uma quota de mercado de 23,4% neste segmento, com um total de ativos sob gestão de €852,5M, representando um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior.

As rendibilidades a seis e doze meses dos fundos de obrigações foram, em geral, positivas. A rendibilidade efetiva a 6 meses variou entre -4,3% e 2,6%, com uma média de 0,6%.

A 12 meses, a rendibilidade variou entre - 3,4% e 11,2%, com uma média de 4,2%.

A IMGA destacou-se no segmento de obrigações, com uma rendibilidade média a 6 meses de aproximadamente 0,5% e a 12 meses de 4,2%, ambas superiores às médias do mercado.

No primeiro semestre de 2024, foi constituído o novo Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt, que detinha uma carteira de €2,2M no final do mês de junho.

		1 ANO			3 ANOS			5 ANOS	
FUNDOS DE OBRIGAÇÕES		Risco			Risco			Risco	
	Rend. Anual.	Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIAVEL CAT A	4,81%	0,74%	2	0,73%	1,10%	2	0,52%	1,48%	2
IMGA EURO TAXA VARIAVEL CAT R	4,80%	0,74%	2	0,72%	1,10%	2	0,51% (*)	1,48%	2
CA RENDIMENTO	5,03%	0,70%	2	0,38%	1,31%	2	0,22%	1,96%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	5,20%	1,26%	2	-0,37%	1,89%	2	-0,03%	2,36%	3
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	5,20%	1,26%	2	-0,33%	1,89%	2	0,02% (*)	2,36%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	2,76%	4,35%	3	-2,93%	4,22%	3	-1,74%	4,34%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	2,83%	4,35%	3	-2,91%	4,22%	3	-1,68% (*)	4,34%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT A	5,47%	4,10%	3	-1,70%	3,75%	3	-1,18%	4,55%	3
IMGA IBERIA FIXED INCOME ESG CAT I	5,93%	4,10%	3	-1,28% (*)	3,75%	3	-0,76% (*)	4,55%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS	6,28%	2,81%	3	-1,38%	3,27%	3	-0,69%	3,44%	3
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	4,26%	1,02%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	4,33%	1,48%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2024 SERIE I CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2025 SERIE II CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	-	-	-	-	-	-	-	-	-

^(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

Os Fundos IMGA Obrigações Globais Euro 2024 Serie I, IMGA Obrigações Globais Euro 2025 Serie II e IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, em julho 2023, outubro 2023 e abril 2024, pelo que não têm rendibilidade a 1 ano. A Categoria R do Fundo IMGA Iberia Fixed Income ESG constituiu-se em maio 2021, no entanto, não tem unidades de participação comercializadas à data. Data de referência: 30 de junho de 2024



Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O primeiro semestre do ano foi caracterizado por um crescimento económico resiliente na Europa e nos EUA, evitando, por conseguinte, uma recessão económica.

A inflação, apesar de apresentar uma trajetória descendente, continuou acima do target dos bancos centrais, condicionando a dimensão da mudança da política monetária, com as taxas de juro a permaneceram elevadas durante mais tempo. O Banco Central Europeu efetuou o seu primeiro corte das taxas de juro no mês de junho, no entanto, assinalou que os futuros cortes estarão dependentes da evolução da inflação, da taxa de desemprego e da pressão salarial.

Os resultados das eleições europeias mostraram o aumento da expressão eleitoral da extrema-direita, com a França a sobressair no mapa. O Presidente Macron convocou eleições antecipadas para o parlamento francês, colocando pressão sobre os *spreads* da dívida pública francesa e periférica. O risco geopolítico esteve sempre presente e impactou o preco do petróleo.

O nível do crescimento económico da China continuou a ser uma incerteza, condicionando as perspetivas do crescimento económico mundial. Adicionalmente, o Japão alterou a sua política de taxas de juro negativas e de controlo da curva das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram no 1º semestre do ano, com a

curva temporal a manter a inversão entre os prazos curtos e mais longos.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente tiveram impacto positivo no segmento *Investment Grade* e *High Yield*, tendo os *spreads* estreitado na generalidade.

Os spreads atuais de crédito foram beneficiados pela incorporação do cenário macroeconómico mais benevolente, com a liquidez, alavancagem e as métricas fundamentais de crédito das empresas a não revelarem sinais de deterioração acentuada devido às taxas de juro mais elevadas e com o balanço das empresas a continuar robusto.

Por fim, verificámos que durante o primeiro semestre do ano houve um aumento significativo das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

No contexto descrito, durante o primeiro semestre a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y assentou na gestão do risco de crédito e do risco liquidez, tendo em conta a dimensão do crescimento económico, trajetória descendente da inflação, mudança da política monetária dos bancos centrais e da evolução dos conflitos geopolíticos.

O Fundo procurou de uma forma conservadora assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas, privilegiando as aplicações financeiras de depósitos bancários, bilhetes de tesouro e obrigações de taxa fixa.

Dado tratar-se de um fundo com maturidade definida, a duração média do mesmo foi sendo reduzida ao longo do período devido à aproximação das datas de vencimento das obrigações que o constituem.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre do ano 2024 foi por isso influenciado pela evolução dos prémios de risco de crédito, nomeadamente do setor financeiro. Por outro lado, a volatilidade das taxas de juro sem risco penalizou a performance do Fundo.

O fundo IMGA Financial Bonds 3 1/2Y A constituiu-se em junho de 2023.

O fundo detinha em junho de 2024 um montante sob gestão de €5,1M e uma rendibilidade consistente com o objetivo, ou seja 3,5%, sendo que no primeiro aniversário do fundo foram distribuídos rendimentos no montante de €178.405 aos participantes.



Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024				
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2024	
Comissão Executiva				
Presidente e Administradores	156 567	239 878	3	
Administradores independentes	21 750	-	1	
Conselho fiscal				
Presidente e vogais	21 735	-	6	
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número A 30/06/2024	
Colaboradores	1 159 688	406 833	47	

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2024.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €15.990 pelos serviços prestados nesse âmbito.

No primeiro semestre de 2024 não foram pagos quaisquer valores referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

No final de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2023, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2024, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

a)

Sociedad

ര

0



Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

 A 18 de julho foi constituída a Categoria A do Fundo IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026, Série I.

30 de junho de 2024

 A 24 de julho foi incluída a IMGA como comercializadora da Categoria R do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt.

Eventos Subsequentes

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição:

01 de junho de 2023

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira: (30 de junho de 2024)

5 102 418 Euros



EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2023	Jun 24
Rendibilidade	-	0,7%
Risco (nível)	-	2

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo assegurar, no termo da sua duração, a proteção do capita I subscrito durante o período de subscrição inicial (sujeita à capacidade creditícia dos emitentes), bem como o pagamento de um rendimento anual de 3,5% no 1º ano de aniversário do fundo e um mínimo de 1,5% (taxa anual) nos 2º e no último ano de vida do fundo, (30 de maio de 2025 e 30 de novembro de 2026, respetivamente) calculado sobre o valor inicial da unidade de participação utilizada para efeitos de constituição do fundo (10 Euros). O último pagamento, a 30 de novembro de 2026, corresponderá a uma taxa efetiva de 2.25%.

O fundo deterá, no mínimo, 80% do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações.

Nos últimos seis meses de vida do fundo, e à medida que as obrigações em carteira vão maturando, o fundo poderá deter até 100% do seu valor líquido global em depósitos bancários e/ou outros instrumentos do mercado monetário.

O fundo poderá investir em obrigações de taxa fixa, expressas direta ou indiretamente em euros, emitidas por entidades privadas ou emitidos ou garantidos por entidades públicas ou por organismos internacionais de caráter público.

Os instrumentos de dívida referidos deverão apresentar, à data do investimento, uma qualidade de crédito medida pela notação de rating equivalente aos escalões das agências de rating considerados apropriados para invéstimento ("Investment Grade") atribuída por pelo menos uma agência internacional de referência, ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão.

O património inicial do fundo será constituído por um mínimo de 15 emitentes e um máximo até 30 emitentes obrigacionistas das principais entidades financeiras Europeias e Norte-Americanas de dívida sénior, com notação creditícia de Investment Grade, atribuída por pelo menos uma agência internacional de

referência, ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. Os emitentes a cima referidos serão selecionados dentro da seguinte lista: LLOYDS BANKING GROUP PLC, AIB GROUP PLC UNICREDIT SPA, DEUTSCHE BANK AG, BARCLAYS PLC, BANK OF IRELAND GROUP, DANSKE BANK A/S, NTESA SANPAOLO SPA, BNP PARIBAS, CAIXABANK SA, UBS GROUP AG, NYKREDIT REALKREDIT AS, BANCO SANTANDER SA, NATWEST GROUP, LA BANQUE POSTAL, BANK OF AMERICA CORP, ERSTE GROUP BANK AG, ING GROEP NV, BANKINTER SA, WELLS FARGO & COMPANY, HSBC HOLDINGS PLC, SOCIETE GENERALE, CITIGROUP INC, BPCE SA, CREDIT MUTUEL ARKEA, BELFIUS BANK SA/NV, CREDIT AGRICOLE LONDON, KBC GROUP NV, BANCO BILBAO VIZCAYA ARG e BANCO DE SABADELL SA.

Caso a Entidade gestora antecipe alterações nas condições de mercado que inviabilizem o objetivo do fundo, este poderá investir em obrigações de outros emitentes, desde que mantenha o perfil de risco do fundo. Até 10% do seu valor

líquido global, o fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis com o objetivo do fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos. Para a gestão da liquidez necessária, o fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações em instrumentos de mercado monetário, nomeadamente, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e papel comercial na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do fundo, tendo em conta a sua política de investimentos. O fundo não investe, direta ou indiretamente, em ações ordinárias nem recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência. Os ativos são selecionados de entre a lista de emitentes acima referida, essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à sua qualidade em termos de risco de crédito e ao contexto macroeconómico em que se inserem.

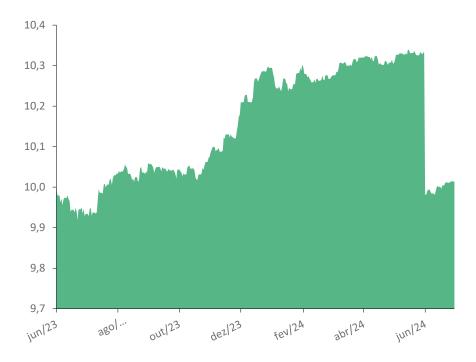


EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Valor da UP (desde início)



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2023	30.06.2024
Nº. UP´s em circulação	509 728,9850	509 528,9850
Valor Unitário UP (Euro)	10,2945	10,0140

CUSTOS E COMISSÕES

(Unidades: milhares €)

		Jun/20	Jun/2024		
Mercado/Região	Pais	Títulos em carteira (1)	Custos de Transação ⁽²⁾	Títulos em carteira ⁽¹⁾	Custos de Transação ⁽²⁾
Nacional	Portugal	150	0,0	150	0,0
	França	769		958	
União Europeia	Áustria	190		190	
	Dinamarca	427		422	
	Espanha	783		781	
	Países Baixos	197		196	
·	Bélgica	191		189	
	Irlanda	446		445	
	Alemanha	194		192	
	sub-total	3 197	0,0	3 373	0,0
	EUA	579		575	
Outros Mercados	Reino Unido	875		870	
2 3.3. 23 11101 00000	Suíça	190		188	
	sub-total	1 644	0,0	1 633	0,0
wl		4.004		= 4=c	0.0
Total		4 991	0,0	5 156	0,0

⁽¹⁾ Por país do emitente no final do período(2) Por mercado de transação



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(Unidades: milhares €)

	30.06.2024
Valores mobiliários	4 840 626
Saldos bancários	218 497
Outros ativos	52 777
Total dos ativos	5 111 900
Passivos	9 482
Valor Líquido de Inventário	5 102 418



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	4 403 324	149 725	-	4 553 049	46 507	4 599 555	94%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	273 250	14 327	-	287 577	2 035	289 612	6%
TOTAL	4 676 574	164 051	-	4 840 626	48 541	4 889 167	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	46 673
Outros investimentos	80
Mais-valias de investimento	29 591
Custos	
Custos de gestão	(32 467)
Custos de depósito	(1 558)
Outros encargos, taxas e impostos	(4 502)
Menos-valias de investimentos	(2 103)
Custos de negociação	(259)
Lucro líquido	35 454
Lucros distribuídos	(178 405)

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições -	
Resgates	(2 000)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

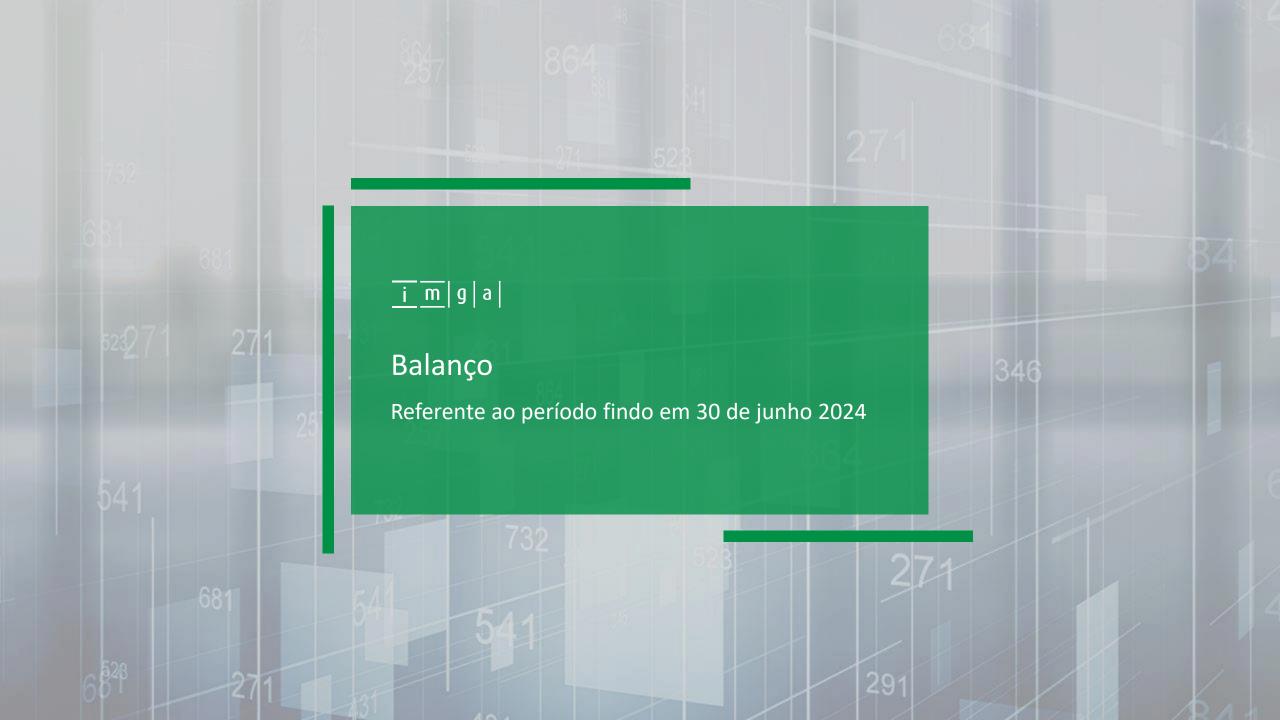
(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	5 247 369	10,2945
30.06.2024	5 102 418	10,0140

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Fundo não recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados.





ATIVO

		Perío	dos
Código	Designação	30-06-2024	31-12-2023
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	5 095 290	5 097 290
62	Variações Patrimoniais	41	41
64	Resultados Transitados	150 039	
65	Resultados Distribuídos	(178 405)	
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	35 454	150 039
	Total do Capital do OIC	5 102 418	5 247 369
481	Provisões Acumuladas Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes		
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	7 598	6 248
424++429	Outras contas de Credores	654	689
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	8 252	6 937
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	1 230	308
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	1 230	308
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	5 111 900	5 254 614
	Valor Unitário da Unidade Participação	10.0140	10.2945

PASSIVO

(valores em Euro)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

		Perío	do
Código	Designação	30-06-2024	31-12-2023
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

		Período		
Código	Designação	30-06-2024	31-12-2023	
	Operações Cambiais			
911	À vista			
912	A prazo (forwards cambiais)			
913	Swaps cambiais			
914	Opções			
915	Futuros			
	Total			
	Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)			
922	Swap de taxa de juro			
923	Contratos de garantia de taxa de juro			
924	Opções			
925	Futuros			
	Total			
	Operações Sobre Cotações			
934	Opções			
935	Futuros			
	Total			
	Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos			
942	Operações a prazo (reporte de valores)			
943	Valores cedidos em garantia			
	Total			
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES			
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			





CUSTOS E PERDAS

PROVEITOS E GANHOS

		Períod	os			Períodos		
Código	Designação	30-06-2024	30-06-2023	Código	Designação	30-06-2024	30-06-2023	
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados			
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	44 094	6 325	
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818		2 578		
, 13	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais	2373		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	259	33	013	Rendimento de Títulos			
724++728	Outras Operações Correntes	34 626	5 573	822++824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos			
72411728	De Operações Extrapatrimoniais	34 020	3373	829	De Operações Extrapatrimoniais			
123	Perdas em Operações Financeiras			629	Ganhos em Operações Financeiras			
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 103	35 064	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	29 591	2	
732+733	Outras Operações Correntes	2 103	33 004	831+838	Outras Operações Correntes	29 391	2	
	1			839	1			
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais			
7444 7464	Impostos			251	Reposição e Anulação de Provisões			
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e			851	Provisões para Encargos			
7412+7422	Impostos Indirectos	2 672	431	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	80	998	
7418+7428	Outros impostos							
	Provisões do Exercício				Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	76 343	7 325	
751	Provisões para Encargos							
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 230						
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	40 890	41 102					
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM			
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)			
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais			
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis			
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários			
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores			
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais			
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)			
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício							
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	35 454		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		33 777	
	TOTAL	76 343	41 102		TOTAL	76 343	41 102	
(8*1/2/3)-(7*2/3) 8*9 - 7*9 B-A	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos Resultados das Operações Extrapatrimoniais Resultados Correntes	71 323 35 454	(28 771) (33 777)	F - E B+F-A-E+74 B+D-A-C	Resultados Eventuais Resultados Antes do Imposto s/Rendimento Resultados Líquidos do Período	76 343 35 454 35 454	(33 77' (33 77'	





(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-ju	30-jun-24		n-23
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:				F 117 200
RECEBIMENTOS: Subscrição de unidades de participação			5 117 290	5 117 290
PAGAMENTOS:		180 405		19 959
Resgates de unidades de participação	2 000		19 959	
Rendimentos pagos aos participantes	178 405		0	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(180 405)		5 097 331
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		236 214		1 002
Venda de títulos e outros ativos	193 007		2	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	43 208		1 000	
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		303		5 050 815
Compra de títulos e outros ativos	0	303	5 050 782	3 030 013
Outras taxas e comissões	8		0	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	296		33	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		235 911		(5 049 813)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		0		0
PAGAMENTOS:		308		0
Juros e custos similares pagos				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	308		0	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(308)		0
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		0		40
Outros recebimentos correntes	0	· ·	40	10
PAGAMENTOS:		36 018		1
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	32 299		0	
Comissão de depósito	1 637		0	
Taxa de supervisão	700		0	
Impostos e taxas	1 382		1	
Reembolso de empréstimos				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(36 018)		39
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		160		998
Ganhos extraordinários	80	160	0	990
Ganhos imputáveis a períodos anteriores	80		U	
Recuperação de incobráveis				
Outros recebimentos de operações eventuais	80		998	
PAGAMENTOS:				
Fluxo das operações eventuais		160		998
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		19 340		48 554
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		199 157		0
DIST CHIDICIDADES NO INICIO DO FERIODO (B)		133 13/		U
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		218 497		48 554





im|g|a|

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Financial Bonds 3,5Y – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 9 de março de 2023, tendo iniciado a sua atividade a 1 de junho de 2023.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de dez euros cada, à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2024, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

			_	_	Resultados	
Descrição	31-12-2023	Subscrições	Resgates	Outros	do	30-06-2024
					Exercício	
Valor base	5 097 290	-	(2 000)			5 095 290
Diferença p/Valor Base	41	-	(0)			41
Resultados distribuídos	-					(178 405)
Resultados acumulados	-			150 039		150 039
Resultados do período	150 039			(150 039)	35 454	35 454
SOMA	5 247 369	-	(2 000)	-	35 454	5 102 418
Nº de Unidades participação	509 729	-	(200)			509 529
Valor Unidade participação	10.2945		10.0008			10.0140

Em 30 de Junho de 2024 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

		Categoria A				
	Data	Valor UP VLGF		Nº UP em		
	Data	Valor or	VLOI	circulação		
Ano 2024	30-06-24	10.0140	5 102 418	509 529		
7110 2024	31-03-24	10.3199	5 260 348	509 729		
	31-12-23	10.2945	5 247 369	509 729		
Ano 2023	30-09-23	10.0433	5 119 327	509 729		
Allo 2023	30-06-23	9.9339	5 063 554	509 729		
	31-03-23	-	-	-		
	31-12-22	-	-	-		
Ano 2022	30-09-22	-	-	-		
Allo 2022	30-06-22	-	-	-		
	31-03-22	-	-	-		

Em 30 de junho de 2024, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	3
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	33
UPs < 0.5%	80
TOTAL	116



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Obrigações diversas						
AIB Group PLC Var 04/07/26	246 493	2 943	-	249 435	8 963	258 398
Banco de Sabadell SA Var 08/09/26	199 276	4 172	-	203 448	8 694	212 142
Banco Santander SA Var 27/09/26	197 830	1 838	-	199 668	5 487	205 155
Bank of America Corp Var 27/10/26	236 913	7 228	-	244 140	3 288	247 428
Bank of Ireland Group Var 05/06/26	191 316	5 100	-	196 416	257	196 673
Bankinter SA 0.875% 08/07/26	180 712	8 528	-	189 240	1 712	190 952
Barclays Plc Var 31/01/27	191 652	5 726	-	197 378	2 381	199 759
BNP Paribas Var 23/01/27	189 144	5 528	-	194 672	1 846	196 518
BPCE SA 1.375% 23/03/26	186 444	5 696	-	192 140	746	192 886
CaixaBank 0.375% 18/11/26	181 746	8 976	-	190 722	461	191 183
Danske Bank A/S Var 17/02/27	229 993	10 260	-	240 253	1 259	241 511
Deutsche Bank AG Var 03/09/26	184 648	9 544	-	194 192	2 262	196 454
Erste Group Bank AG 0.875% 22/05/26	184 962	5 314	-	190 276	187	190 463
HSBC Holdings PLC Var 13/11/26	228 028	10 490	-	238 518	485	239 003
Ing Groep NV Var 23/05/26	191 620	5 310	-	196 930	442	197 372
KBC Group NV Var 10/09/26	182 610	8 856	-	191 466	201	191 667
La Banque Postale 0.5% 17/06/26	185 254	8 228	-	193 482	36	193 518
Lloyds Bank PLC Var 01/04/26	246 830	2 560	-	249 390	2 158	251 548
Natwest Markets PLC 1.375% 02/03/27	181 480	7 764	-	189 244	904	190 148
Nykredit Realkredit AS 0.75% 20/01/27	175 814	10 442	-	186 256	664	186 920
Societe Generale 0.875% 01/07/26	181 566	6 860	-	188 426	1 745	190 171
Wells Fargo & Company 1.375% 26/10/26	228 995	8 363	-	237 358	2 329	239 687
	4 403 324	149 725	-	4 553 049	46 507	4 599 555
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Obrigações diversas						
Citigroup, Inc 2.125% 10/09/26	94 770	2 459	_	97 229	1 707	98 936
UBS Group AG Var 03/11/26	178 480		_	190 348		190 676
	273 250		-	287 577	2 035	289 612
TOTAL	4 676 574	164 051	-	4 840 626	48 541	4 889 167



4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterada pela retificação, nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2024, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Val	ores	em	Euro)
------	------	----	-------

Maturidades	Montante em		Saldo			
iviaturidades	Carteira (A)	FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	(A)+(B)
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	4 599 279	-	-	-	-	4 599 279
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2024 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categ	oria A	
Custos	Valor	%VLGF (1)	
Comissão de Gestão Fixa	33 766	0.65%	
Comissão de Depósito	1 620	0.03%	
Taxa de Supervisão	600	0.01%	
Custos de Auditoria	1 230	0.02%	
Imposto de selo sobre o valor do OIC	1 307	0.03%	
Outros Custos Correntes	256	0.00%	
TOTAL	38 779		
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.74%		

⁽¹⁾ Média relativa ao período de referência





Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 5 111 900 euros e um total de capital do OIC 5 102 418 euros, incluindo um resultado líquido de 35 454 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Financial Bonds 3,5Y - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a
 posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os
 princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento
 Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2024

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)